

**Vozes políticas na educação fluminense: os anos 1980
e a implementação da escola de tempo integral**
**Political Voices in Education in Rio de Janeiro state:
the 1980s and implementation of full-time school**
**Voces políticas en la educación fluminense:
los años 1980 y la implementación de la escuela
de tiempo completo**

Sheila Cristina Monteiro Matos

Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF - Brasil

Resumo

Os anos de 1980 representaram um período de redemocratização do país, em que as diferentes forças políticas, com o retorno do pluripartidarismo, tentaram se firmar no cenário nacional. Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo assinalar contradições e tensões vivenciadas na implementação da escola de tempo integral, durante a gestão da secretária municipal Maria Yedda Linhares (1983-1986). O trabalho segue uma metodologia de cunho qualitativo e memorialista. As vozes políticas entrevistadas revelam tensões entre o governo e o sindicato dos professores públicos estaduais, com destaque para as marcas deixadas pelo governo de Chagas Freitas (chaguismo), que dificultaram avanços significativos na educação fluminense.

Palavras-chave: Educação integral, Maria Yedda Linhares, Sindicato dos professores

Abstract

The 1980s represented the country's re-democratization period. With the return of multiparty politics different, political forces tried to establish themselves in the national scene. In this context, this paper aims to point out contradictions and tensions experienced in the full-time school implementation, during the management of municipal secretary Maria Yedda Linhares (1983-1986). The work use a historical methodology, concerning qualitative and memoirist techniques. The political voices interviewed shows tensions between the government and the union of state public teachers, especially the marks left by the government of Chagas Freitas which hampered significant advances in the state public education.

Keywords: Full-time education, Maria Yedda Linhares, Teachers union

Resumen

Los años 1980 representaron un período de redemocratización del país, en el que las diferentes fuerzas políticas, con el retorno del pluripartidismo, intentaron firmarse en el escenario nacional. En este contexto, este trabajo tiene por objetivo señalar contradicciones y tensiones vivenciadas en la implementación de la escuela de tiempo completo, durante la gestión de la secretaria municipal Maria Yedda (1983-

1986). El trabajo sigue una metodología de cuño cualitativo y memorialista. Las voces políticas entrevistadas revelan tensiones entre el gobierno y el sindicato de los profesores públicos estatales, con destaque para las marcas dejadas por el gobierno de Chagas Freitas (Chaguismo), que dificultaron avances significativos en la educación fluminense.

Palabras clave: educación integral; María Yedda Linhares; sindicato de los profesores.

1. Introdução

O Rio de Janeiro conta hoje com uma dúzia de grandes e excelentes colégios particulares [...] A grande dor de cotovelo é que [...] terá também algumas dezenas de CIEPs, grandes e excelentes colégios, frequentados por criança pobres, não mais marginalizadas como reserva de mão-de-obra barata

Maria Yedda Linhares

O presente texto se filia ao campo teórico das memórias docentes, utilizando-se de relatos e narrativas que visam a contribuir com o desvelamento do cenário fluminense, na década de 1980.

Em plena efervescência política que caracterizou a transição do período autoritário (1964-1985) à redemocratização no país, foi implementado o I Programa Especial de Educação (I PEE - 1983 a 1986), apresentando inovadoras contribuições para o contexto educacional do Rio de Janeiro. Novas experiências e discussões teóricas, que apontavam a educação (em tempo) integral como um importante fator preponderante para se buscar uma educação de qualidade social e cultural.

O I PEE teve como fazimento principal a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), instituições para cerca de 1.000 alunos em tempo integral no espaço escolar. Assim, implementados como prioridade na gestão de Leonel Brizola, político trabalhista associado ao matiz socialista-democrático do Partido Democrático Brasileiro (PDT), os CIEPs (também conhecidos como *brizolões*) foram concebidos por Darcy Ribeiro, vice-governador, influenciado pela obra de Anísio Teixeira (FARIA, 1991).

Nessa moldura, deve-se destacar o relevante trabalho da professora Maria Yedda Leite Linhares, secretária de educação do município do Rio de Janeiro (março de 1983 a julho de 1986). Nascida em Fortaleza, foi a primeira mulher que, por concurso público, foi professora titular de uma cátedra no Brasil. Em seu período como secretária municipal de Educação, apontou a participação dos professores nas

discussões e elaboração de programas referentes à alfabetização, treinamento, conteúdos programáticos, gestão escolar e avaliação. Ao mesmo tempo, assinalou a importância das parcerias da Secretaria Municipal de Educação (SME) com instituições, como o Sindicato dos Professores (FARIA, 2008).

Por outro lado, a implementação do I PEE recebeu críticas de seus opositores, que denunciavam “um caráter monumentalista e eleitoreiro na construção de prédios, como se fosse condição indispensável para se oferecer educação de rico para aluno pobre” (CUNHA, 2005, p. 150).

Ademais, identificamos outras tensões políticas e rupturas. Havia escolas que ainda eram dominadas, historicamente, por grupos políticos locais que não se comprometiam com a educação pública (CREP, 2007). Naquele quadro, o ideário republicano de supremacia do bem comum sobre o particular esbarrava em tensões, influências inclusive na escolha dos diretores, professores e até alunos.

Nesse contexto, a relação com o Sindicato dos Professores era difícil. O presidente do então Centro Estadual de Professores (CEP), atual Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe-RJ)¹, grupo que reunia mais docentes da rede pública, era Godofredo Saturnino da Silva Pinto, cuja liderança foi considerada carismática e inquestionável, consubstanciada pelo apoio desses professores da rede pública (SOBREIRA, 2001).

Professor de matemática, mestre em lógica matemática, Godofredo Pinto ingressou na vida pública pela via sindical. Foi fundador (1977) e 1º Presidente eleito (1979) do atual Sepe. Em 1982, foi candidato a deputado estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tendo assumido o mandato em função da aliança Partido Democrático Trabalhista (PDT) - PMDB. De 1983 a 1986, foi o único deputado do PMDB a fazer oposição ao governo Brizola. Em 1986, foi eleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e, em 1990, foi reeleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Entre 2002 e 2008, foi prefeito de Niterói, pelo PT.

Quando Godofredo Pinto concorreu às eleições para deputado em 1985, em sua campanha, criticou a efetividade dos CIEPs. Destarte, Yedda publicou carta

¹ O SEPE-RJ teve origem em 1977, a partir de um grupo de cerca de 50 professores, em sua maioria pertencentes a organizações de esquerda (SOBREIRA, 2001). Passou por várias denominações: Sociedade Estadual dos Professores (1977), CEP (1979) e Centro Estadual dos Profissionais da Educação (CEPE).

pessoal no *Jornal do Brasil*, contestando a Godofredo:

Não é meta da política de nosso governo abrir vaga, pura e simplesmente [...] Preocupa-nos, sim, a *qualidade do ensino* bem como a necessidade de fazer a criança permanecer na escola [...] O que incomoda ao Deputado [...] é o fato de estarmos *preocupados com a educação das camadas populares* de modo que os pobres também possam ter acesso à sociedade letrada deste país que se forjou no bojo da escravidão, da opressão [...] *o CIEP representa uma revolução de enfoque na chamada escola pública* que deixará de ser um gueto dos destinados ao fracasso para se tornar uma possibilidade concreta de realização democrática neste país (LINHARES, 1985, p. 10, grifos nossos).

Mais de trinta anos depois, entrevistar Godofredo Pinto para entender esse contexto da gestão de Maria Yedda é um ato memorialístico, significativo para sinalizar *rupturas e tensões que ancoraram as ações desenvolvidas* no I PEE.

A entrevista foi realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), no dia 29 de outubro de 2015. A seguir, o teor desse diálogo.

Professor Godofredo, vamos perguntar sobre sua convivência com Maria Yedda Linhares. Como você a conheceu?

- Eu já a conhecia como uma intelectual, reconhecida pelo seu preparo acadêmico: professora universitária, pessoa democrática, de esquerda, que foi perseguida na ditadura, foi exilada. Eu conhecia a história dela.

- Eu passei a conhecê-la pessoalmente apenas quando ela se tornou secretária de Educação, inicialmente do município. Nessa condição, eu tive uma convivência maior com ela. Eu era o presidente do CEP e, por conta dos enfrentamentos sindicais, eu estabeleci, por vezes, negociações e interlocuções com ela. Apesar de que, a minha interlocução maior era com o governo do estado, era com Darcy Ribeiro, vice-governador, e com Yara Vargas, secretária estadual. [A interlocução] era, sobretudo, com Darcy Ribeiro, pois ele era o principal mentor. Ainda assim, cabe destacar que, sindicalmente, o plano de cargos, carreiras e salários, as reivindicações, enfim, ao governo do estado eram as mesmas que àquelas do município do Rio de Janeiro.

- O prefeito da capital, naquela ocasião, era indicado pelo governador. O primeiro prefeito eleito foi em 1985 - Saturnino Braga, mas, em 1983, quando Brizola assumiu, ele indicou Jamil Haddad, que renunciou após haver se desentendido com Brizola. Em seguida, assumiu Marcelo Alencar, que era o vice-prefeito.

- A professora Maria Yedda, como secretária municipal, não era a interlocutora maior do CEP. Mas minha convivência com Maria Yedda foi sempre em um contexto de tensão. Ela, de um lado da mesa, eu, do outro lado. Era enfrentamento, era tensão, mas eu sempre tive por ela uma admiração muito grande. Porque ela era uma pessoa muito firme, posicionada, uma pessoa de esquerda, que, no ambiente de tensão, tinha compreensão democrática de que o conflito era parte inerente do processo.

- Eu acho e sempre achei e sempre disse isso, que Maria Yedda era, do ponto de vista educacional, em termos de concepção educacional, uma pessoa mais preparada que Darcy Ribeiro. Apesar de Darcy ser o mentor do projeto, ser um intelectual brilhante, um dos maiores intelectuais que tivemos nesse país, antropólogo brilhante, político brilhante, criador da Universidade de Brasília e dos CIEPs, eu sentia mais consistência, mais densidade pedagógica, mais capacidade de formulação educacional em Maria Yedda. Eu achava Maria Yedda maior do que Darcy.

- No esquema do governo Brizola, Maria Yedda era subordinada a Darcy. Darcy era, depois do Brizola, o grande nome. Mas eu sei que eram frequentes os enfrentamentos de Maria Yedda com Darcy. Ela tinha uma visão mais marxista, mais de esquerda, mais filocomunista, senão memocomunista, do que o Darcy. Eu tinha uma identidade maior, doutrinária, política e filosófica com a Maria Yedda do que com Darcy.

- Maria Yedda era uma grande intelectual, de esquerda, democrática, muito posicionada, muito firme e uma pessoa admirável.

Como era o trabalho da professora Maria Yedda com Darcy e com Brizola?

- O que eu posso falar é amparado em informações que eu tinha. Nunca presenciei, mas tinha informações de que, como ela era uma pessoa muito firme, posicionada e coerente com as suas ideias, eram frequentes as discordâncias entre eles, especialmente de Maria Yedda com Darcy. Eram frequentes esses “*arranca rabos*” entre eles, e talvez também com o governador Brizola, que tinha muito mais identidade com Darcy do que com ela.

- Esses tensionamentos eram decorrentes de uma visão política diferenciada. Maria Yedda tinha uma visão política um tanto diferenciada do professor Darcy, que

também tinha uma postura de esquerda, socialista, porém era um socialismo próximo do populismo.

E como se materializou a relação da professora Yedda com o CEP e com outras categorias da Educação?

- Eu vou falar pelo CEP, que eu presidi. A relação era tensa, estressada, porque era uma relação de conflitos no campo sindical. De forma democrática, ela defendia as posições do governo, resistindo, como é natural, aos pleitos da categoria representada pelo CEP.

- Uma pessoa dura na negociação, firme no contencioso, mas democrática: ela respeitava. Nunca foi assim muito nada acirrado, porque, quando eu negociava com ela, eu sabia que a última palavra não era dela. Não cabia a ela decidir. Ela era secretária do município, as reivindicações no plano estadual eram extensivas ao município, havia vinculação do plano de carreira, mas a decisão, na verdade, era no plano estadual, era com Darcy Ribeiro e com as secretarias de planejamento e de Fazenda. Em última instância, quem batia o martelo era o governador Brizola.

- Nas questões pedagógicas, ela também tinha que encaminhar os projetos dos CIEPs etc. Eu até imagino que talvez ela tivesse as suas discordâncias, mas não explicitava: tinha também a disciplina de governo. Ela sabia que estava ali representando um projeto, que podia ter suas restrições, mas não explicitava para a gente. Parte do CEP criticava muito o projeto pedagógico.

- O projeto dos CIEPs, Programa Especial de Educação, veio com uma força de *marketing* e com força política, porque era a prioridade das prioridades do Brizola e do Darcy.

- Brizola sucedeu ao governador Chagas Freitas. Chagas era um governador autoritário que enfrentou a greve de 1979. Reprimiu, pediu ao Governo Federal que fechasse o CEP, colocou-o na ilegalidade. Foi uma greve que teve enfrentamentos: eu mesmo fui preso, fui detido pelo Dops [Departamento de Ordem Política e Social]. Outros professores não chegaram a ser detidos como eu, mas vários professores tiveram que ir ao Dops prestar depoimentos, colocar as impressões digitais. Disseram que, na época, em torno de 400 (quatrocentos) professores no estado, inclusive várias lideranças do interior, foram chamados para o Dops. A greve de agosto foi muito violenta. O governo Chagas Freitas era isso: truculento e não dava a menor prioridade à educação.

- Quando chegou o governador Brizola, eleito, fazendo da educação a prioridade número um, aquilo foi um refrigério. A primeira coisa que ele fez foi retirar o CEP da ilegalidade (Brizola assumiu em janeiro de 1983. Já em dois ou três meses, ele legalizou o CEP). Eu me lembro de que isso foi em um ato na Alerj. Maria Yedda veio aqui [na Alerj], eu era, tinha sido recém-eleito deputado e ainda era dirigente do CEP. Foi o meu primeiro mandato, de três que eu tive. E de oposição.
- Apesar de ter sido eleito à época em um partido que era da base do Brizola, eu, na bancada, era o único de oposição ao governador.
- A diretoria do CEP e eu, presidente, quando o CEP foi legalizado, reconhecemos, fizemos questão de elogiar, de valorizar [o I PEE], porque, apesar de ser oposição, não era sectário, nem era cego. Era a mudança da água para o vinho. De Chagas Freitas para Brizola, era um avanço muito grande: a educação se tornara prioridade.
- Brizola legalizou o CEP, uma atitude democrática. Todavia, ele tinha uma relação muito estressada com os movimentos sociais, com o movimento sindical. Ele cooptava ou o movimento era cooptado para fazer o jogo do governo dele. Resistimos. Era uma relação muito tensa, muito estressada. Ele procurava isolar, desqualificar. O discurso era dizer que nós, do CEP, éramos radicais.
- O Encontro de Mendes² teve um processo de construção. O encontro ocorreu no final do ano, mas, durante o ano todo, houve reuniões locais, regionais. Havia delegados. Cada região se representava aqui na capital. O CEP foi, o tempo todo, isolado. Não foi chamado para participar da construção do Encontro de Mendes. Tudo bem, era um encontro do governo, e ele não era obrigado a fazer isso. Mas o CEP tinha muita força. O CEP, em função da vitória da greve de 79 e, depois, a greve das pessoas conveniadas em 1980, virou a principal entidade sindical do estado. Ele tinha uma representatividade. As assembleias eram massivas, milhares de professores.
- E nós começamos a cobrar. Eu tinha um plenário na Alerj, tinha a tribuna para falar: - um Encontro de Educação, e o CEP está fora? Que governo democrático é esse, que não chama a categoria? Por muita pressão, no final do processo, depois da eleição dos delegados, fizemo-nos, quase que à força, presentes no Encontro de Mendes. Eu estava na mesa no Encontro. Foi um espaço conquistado com muita

² As bases do I PEE foram debatidas no Encontro de Mendes, em 1983, evento que aprofundou as discussões sobre o fracasso da escola pública (CUNHA, 2005).

força, porque, pelo governo, é aquele negócio: movimento social - ou a gente coopta ou a gente isola.

- Então participamos da discussão. A questão [da participação] do CEP veio com tanta força, que a diretoria preferiu não ter posição, nem contra, nem a favor, o que eu discordava. Eu era um, era o presidente, eu era o principal líder, mas o CEP não se posicionou, nem criticamente, nem favoravelmente, o que eu achei um absurdo. Uma proposta educacional, e a categoria não tem posição? Só que eu disse: o CEP pode, enquanto entidade, não se posicionar. Mas eu sou deputado, então, lá na tribuna, falando como deputado, não como presidente do CEP, eu vou fazer uma avaliação crítica.

- Qual era a avaliação crítica? Era de que ele [o governo] criou até uma secretaria, um órgão, que criou um programa paralelo ao da rede existente de educação. O Programa Especial de Educação era de tempo integral. Os professores tinham situação funcional. Era tudo diferente. Criou uma rede paralela. Dividiu e rachou a rede. Eu tinha uma visão da Escola Unitária, que era muito defendida pelo professor Saviani, e eu afirmava que isso [a proposta do Programa] não era democrático. Mesmo que fosse uma educação popular para os pobres, você teria o pobre com uma educação classe A (a dos CIEPs) e o pobre com a educação classe B, a da rede comum.

- E eu combati a proposta do Darcy que Brizola encampou. Defendi a política educacional do Brizola adotada no Rio Grande do Sul, quando ele foi governador, em que não tinha o Darcy. O que Brizola fez? Brizola sempre teve na educação uma prioridade, um mérito que a gente tem que reconhecer nele. No Rio Grande do Sul, a política dele era multiplicar as escolas pelo estado inteiro, era criar centenas, milhares de escolas, escolinhas, mas dentro de uma rede onde todas as escolas tinham uma mesma carga horária. Eu disse: é esse Brizola gaúcho que eu gostaria de ver aqui. Em vez de criar "*brizolões*", 500 grandes escolas, seria multiplicar escolas. Seria o Brizola de lá.

- O Brizola até chegou a ter aqui um tal de Lelé, que era um arquiteto que chegou a pensar um projeto de escola pequena, média, pré-fabricada. Mas as escolas do Lelé ficaram completamente abafadas, secundarizadas com relação ao peso que tinham os "*brizolões*". Os CIEPs possuíam muita visibilidade. Eu discordo, pedagogicamente, da lógica dos "*brizolões*", que seria uma escola modelo, como se uma escola modelo passasse, por osmose, qualidade educacional para a rede,

como se elevasse a qualidade das escolas. Eu nunca acreditei nisso. Eu era a favor da escola unitária, do sistema unitário contra a rede paralela, contra um sistema paralelo. Eu tinha essa crítica e tive até um confronto com o professor Darcy. Eu me lembro que, uma vez, o jornal *O Globo* repassou esse debate. Mas isso era o Godofredo, porque o CEP [como instituição] teve medo, teve preocupação de queimar a sua imagem na categoria e, de fato, o Brizola era um tamanho avanço em relação a Chagas Freitas. O CEP, cautelosamente, preferiu não se confrontar.

- Não dava para apoiar, porque a maioria da diretoria tinha essa visão da escola unitária. Já até contei a história de Mendes como é que foi, contei onde é que estavam as divergências pedagógicas com Maria Yedda. Isso eu tive com Darcy, a minha polêmica era com o Darcy. Maria Yedda sabia das minhas posições pessoais. Mas ali [no Encontro de Mendes], com ela, não podia falar, porque o CEP não tinha posição.

Quais foram os atos e fatos que representavam os pensamentos de Maria Yedda na sua gestão municipal?

- Ela era, até por dever de ofício, vinculada a um governo. Subordinada não hierarquicamente, mas sim politicamente, ao Darcy Ribeiro e ao governador Brizola. Portanto, seus atos e fatos, na interlocução com o CEP, eram em prol da defesa do Programa Especial de Educação. Apesar de eu imaginar que ela pudesse ter suas restrições, por ter uma visão mais universalista, na interlocução com o CEP, objetivamente, ela defendia o programa do governo. Ela era de um governo. Por dever de ofício, tinha mesmo que defender o projeto do governo.

- O pensamento que ela expressava, na sua gestão, era o pensamento do programa do seu partido, do PDT, e do seu governo, Brizola.

E como ela entendia a instituição escolar? Qual era a concepção de educação que ela tinha? O que era escola para a professora Maria Yedda?

- Era uma pessoa que tinha uma visão democrática da instituição escolar, tinha, como prioridade, a educação. Queria criar acesso à educação para as camadas populares. Tinha um compromisso com a educação geral, uma visão unitária, universalista do direito à educação, democrática. Entendia que eram as camadas mais necessitadas, mais carentes, quem precisava de maior apoio do Estado, do poder público. Ela tinha essa visão da escola, como um espaço de construção e de

afirmação da cidadania. Tinha uma visão democrática, progressista, voltada especialmente para as camadas populares. Uma instituição pública da maior importância na vida dos setores populares.

O primeiro PEE se concretizou por meio da articulação de Darcy e Yedda. Como você relataria o contexto pedagógico e político da época, sinalizando o movimento das categorias educacionais prós e contra esse projeto? E você, também professor, poderia falar um pouco sobre esse contexto do chaguismo³ e do brizolismo, nesse período de redemocratização?

- É o contexto político da época do primeiro Plano Nacional de Educação (PNE)⁴. A articulação do Darcy e da Yedda era idêntica publicamente. A Yedda defendia o Programa Especial de Educação que era do Darcy. Sabia-se, e era dito, que havia tensões e divergências lá entre eles. Comentava-se que ela tinha muitos enfrentamentos com Darcy, apesar de se gostarem e de serem parceiros. Tinham uma relação de amor e ódio, mas isso é o que diziam nos bastidores. Portanto, tem um certo grau de especulação.

- O que eu via é que, para o grande público e para o CEP, Maria Yedda era disciplinada no dever do ofício, defendia a posição. E, como os movimentos e categorias educacionais do CEP acabaram não tendo uma posição oficial, formal da entidade, havia críticas. Eu mesmo era um crítico com um viés. Havia a crítica oposta, pelo lado conservador, pelo lado do chaguismo, que tinha sido derrotado pelo Brizola. Brizola ganhou a eleição em cima do candidato do chaguismo, que era Miro Teixeira, que depois virou PDT.

- O chaguismo tinha uma postura autoritária, repressora. Jamais legalizou [o CEP]. Assim que assumiu, era um governo clientelista, fisiológico na bancada parlamentar, que era toda dessa *política miúda*. Para ele ter sido aceito pela ditadura, como governador, apesar de ser governador pelo MDB, que era tido como oposição à

³ Imbuídos pela lógica chaguista, ainda permaneciam algumas manobras que, por meio do uso da “máquina política”, utilizavam práticas antidemocráticas (FARIA, 2011).

⁴ Houve uma proposta de PNE em 1962, conforme as orientações da Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961. A proposta de 1962 não foi formalizada por um projeto de lei, mas como um documento do Conselho Federal de Educação (CFE), elaborado sob a liderança de Anísio Teixeira, que era, basicamente, um conjunto de normas reguladoras da aplicação de recursos e de metas, quantitativas e qualitativas, a serem alcançadas num prazo de oito anos. *O trabalho do CFE acabou sendo denominado e popularizado como PNE. Todavia, o primeiro PNE, como tal, foi aprovado somente em 2001, com 295 metas e 11 temas* (MOURA, 2013). Avalia-se que a base epistemológica desse documento, anterior ao Regime Militar, alinhava-se aos pensamentos de Darcy Ribeiro e de Maria Yedda.

ditadura (existia o MDB verdadeiramente oposição e havia um MDB que era pelego), fazia, com gosto, o jogo da ditadura. O Chagas Freitas era autoritário.

- Uma das primeiras coisas que fez Brizola foi legalizar o CEP. Era um quadro da esquerda. Não era como o Chagas, que era da direita. O Brizola tinha toda uma história, perseguido pela ditadura. Não obstante, tinha também um viés autoritário com os movimentos sociais que não beijavam suas mãos, que não rezavam na sua cartilha. Mas não era um autoritarismo repressor. O do Chagas era repressor, mas o do Brizola, não. Brizola fazia luta política, isolava. Tanto é que, apesar de ter tentado isolar o CEP, acabou abrindo espaço para o sindicato no Encontro de Mendes. O Chagas jamais faria isso. Ele jamais promoveria um encontro daqueles, porque foi uma coisa democrática. Com delegados do estado inteiro, de suas diversas regiões, o Encontro de Mendes foi um evento democrático, apesar de, na sua construção inicial, o CEP ter sido excluído. Não foi um isolamento radical.

- Brizola tinha os seus tensionamentos para quem não rezava na cartilha dele. O que incluía outros movimentos sindicais e sociais. Agora, por exemplo, com o CEP, anos depois, o governador Brizola chegou a ir duas vezes em assembleias no Clube Municipal lotado. Na primeira vez, ele saiu vaiado de lá. Na segunda, quinze dias depois, ele foi ovacionado, porque atendeu às reivindicações. Era um governador que tinha uma postura democrática, que ia *cara a cara* com a categoria. Que promoveu o Encontro de Mendes.

- Ele tensionava, era da política. Ele dava resposta política, também isolando, desgastando, tendo um discurso público de que [os isolados] eram radicais. Mas, sem dúvida alguma que, comparado com Chagas, era um mar de democracia, apesar do eventual viés autoritário que ele pudesse ter.

Que avanços e desafios poderia assinalar no balanço da primeira gestão de Maria Yedda aqui no Rio de Janeiro?

- Os avanços foram extremamente significativos. Porque, apesar de haver divergências com o Programa Especial de Educação pelo seu caráter divisionário, a prioridade para educação foi real, foi efetiva. E a educação, em geral, no estado, com Brizola e Darcy Ribeiro, foi um avanço enorme. Com Maria Yedda, no âmbito municipal, também foi um avanço muito grande. Havia um quadro preparado, qualificado, firme, mais democrático. Eu diria que os avanços foram muito importantes e relevantes para o Rio de Janeiro.

E os desafios?

- Fazer com que a rede municipal de educação tivesse uma abertura para as camadas populares muito maior. Além disso, uma gestão de escolas mais democrática do que à época do chaguismo. Houve uma política de gestão democrática nas escolas, que foi um desafio que Maria Yedda encarou e conseguiu superar.

Em que condições históricas, políticas e sociais foi construído e articulado o I Programa Especial de Educação?

- Era num contexto nacional de ditadura ainda. É verdade que foi um período no final da Ditadura, quando a Ditadura já tinha abrandado a sua truculência. Mas ainda havia repressão, tanto que o CEP foi fechado de 1979 a 82. O chaguismo aqui no estado do Rio de Janeiro era autoritário. Era um período de transição, de uma ditadura já debilitada. Nesse contexto, o I PEE significou um avanço extraordinário, porque colocou a educação como prioridade das prioridades. É claro que, em um governo de quatro anos, um programa não resolveria todos os problemas da educação, como zerar o analfabetismo. Mas, evidentemente, foi um salto de qualidade. Os CIEPs, apesar de ser, por mim, um programa questionável por ser uma rede paralela, atendia às pessoas mais carentes, mais necessitadas. Uma coisa era discordar do Programa, dos *Brizolões*, outra coisa é ficar caracterizando como uma escola de favela, uma caracterização de direita, tradicional, que eu discordo completamente.

Como se consolidou o ideário de tempo integral fluminense em face das demandas educacionais da década de 1980, na gestão de Maria Yedda?

- Não se consolidou, porque foi um projeto que, lamentavelmente, não teve continuidade. Se tivessem acabado com o PEE, com os *Brizolões*, para criar uma política unitária de qualidade [seria o ideal]. Infelizmente, não foi o que aconteceu. Quando saiu Brizola e assumiu Moreira Franco, não houve continuidade. No município do Rio de Janeiro, ainda teve uma certa continuidade, com o senador Saturnino Braga, que foi eleito pelo PDT, mas também rompeu tal qual Jammil Haddad. Ambos romperam com Brizola. Enfim, com um tempo, o Programa foi sucumbindo, se diluindo.

Por que arquitetonicamente era caro?

- A construção de uma escola nem é o mais oneroso. Uma vez construída, ao longo do tempo, o mais oneroso é a manutenção. Mas eu acho que o investimento que foi feito na construção e manutenção de 500 CIEPs daria para fazer 2.000 escolas, naquela visão da escola unitária, de se fazer o que Brizola fez no Rio Grande do Sul. Ou seja, com a mesma grana, atenderia a muito mais crianças, teria democratizado muito mais a rede educacional. Não seria de tempo integral. Mas seria melhor mais crianças com 5 horas de aula do que menos crianças, aquelas que estavam nos CIEPs, com tempo integral.
- A questão do tempo integral deveria ser da rede como um todo, progressivamente, de quatro horas, passar para cinco horas, seis horas.

Quais os diferentes projetos políticos que estavam em disputa naquele período efervescente de redemocratização o país?

- Havia o campo da oposição democrática e havia, ainda, os defensores da ditadura. Surgiram partidos de oposição, além do MDB, o PDT, o PT, o PDS.
- No caso específico da política educacional, da qual Maria Yedda era uma agente política a serviço de um projeto do Brizola e do Darcy, existia a deles, que dividia a rede, que criou uma rede paralela dos CIEPs.
- Havia aqueles que criticavam, pela esquerda, como eu, que defendiam uma rede como um todo, mais qualificada, e, tal como o CEP, apesar de não se posicionar contra os CIEPs, defendia a valorização e ampliação da rede para permitir o acesso de mais pessoas, especialmente das camadas populares. Defendia a valorização do educador, eleições para os diretores, gestão democrática. Daí uma luta permanente, apesar dos avanços no governo Brizola.
- E havia a visão mais conservadora, que teve no chaguismo seu ponto alto. Havia diretoras indicadas, chaguistas, conservadoras, reacionárias, com saudades do tempo do chaguismo.
- Ou seja, tinham os brizolistas, os chaguistas e um campo da esquerda, oposição aos dois, que defendia a valorização da educação e do educador.

Quais as principais rupturas e permanências no I PEE?

- A primeira ruptura foi a implantação do programa, uma ruptura em relação ao que existia antes. Havia um sistema educacional antigo, esclerosado, falido, enfim,

autoritário e conservador. Mesmo eu tendo divergências sobre a concepção, foi um avanço muito grande em relação ao *status quo* anterior. E a permanência foi precária. Os governos que sucederam, infelizmente, não deram continuidade como deveriam. Houve uma ruptura na implantação e uma falta de permanência quando Brizola deixou o governo. Mesmo quando Brizola voltou no segundo mandato e Maria Yedda chegou a ser secretária estadual, tentou-se ressuscitar o projeto.

- Quando eu era presidente do CEP, tive convivência com Brizola de 1983 a 1985 – não fazíamos greve, e sim paralizações, [tipo] greves–pipoca. Brizola negociou diretamente com a categoria.

O que a professora Maria Yedda pensava sobre os pedagogos, pessoal da supervisão escolar e orientação educacional?

- Maria Yedda tinha uma visão muito crítica. Nas interlocuções com o CEP, ela explicitava isso com relação à configuração funcional dos profissionais da educação. Tinha crítica em relação à grade curricular, sobre a moral e cívica, depois organização social e política brasileira, estudos sociais. Nesse particular, eu tinha concordância com ela. Isso era concordância geral do CEP. Voltou a ter história, geografia, mudanças que ela defendia, que nós do CEP também defendíamos. Em relação à questão dos pedagogos, especificamente, a entidade CEP defendia suas reivindicações, dentro da categoria.

Qual foi o legado de Maria Yedda para a educação fluminense? Quais as marcas deixadas em sua gestão nesse período de redemocratização do país?

- A grande marca foi ela ter sido uma agente, no âmbito municipal, e depois no âmbito estadual, do Programa Especial de Educação, dos CIEPs. De forma política, ela caminhou coerentemente com o programa de seu partido. Foi um legado que é discutível, problemático, mas que foi um avanço ao chaguismo.

- Esse não foi o único legado. Tem a questão da redemocratização da rede, com o estímulo que foi dado, viabilizando-se a eleição de diretores, que tive a honra de ser o autor do projeto na Assembleia Legislativa a esse respeito. A rede teve um novo frescor, um fresco no ambiente educacional, apesar de todas as carências e limitações. Certamente, o legado foi a valorização da educação como projeto de governo prioritário, por mais que eu discordasse de certos pontos. A vida de Maria Yedda era um testemunho do seu compromisso com a educação.

Referências bibliográficas

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortêz, 2005.

CREP (Centro de Referência da Educação Pública). *Memórias da educação pública: depoimentos de secretários de educação*. 2ªed. Rio de Janeiro: SME/CREP, 2007. v. 1.

FARIA, Lia C. M. *Chaguismo e brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense*. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

_____. *CIEP: a utopia possível*. São Paulo: Livros do Tatu, 1991.

_____. História(s) de Maria Yedda Linhares: educação e política no Brasil republicano. Mesa coordenada: Educação, gênero e história. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., Porto, 2008. *Actas...* Cultura escolar: migrações e cidadania. Porto: Universidade do Porto, 2008. p. 13-17. Disponível em: < <https://pt.slideshare.net/MeiryelleMattar/linhares>>. Acesso em: 05 abr 2018.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Qualidade de ensino. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1985. Cartas. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 11 set. 2014.

MOURA, E. S. A construção da ideia de Plano Nacional de Educação no Brasil: antecedentes históricos e concepções. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 36, Goiânia, 2013. *Anais...* Goiânia: ANPED, 2013. s/p Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/construcao-da-ideia-de-plano-nacional-de-educacao-no-brasil-antecedentes-historicos>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

SOBREIRA, Henrique G. Alguns aspectos da reorganização do movimento dos professores públicos do estado do Rio de Janeiro. *Educação & Sociedade*, ano XXII, n. 77, p. 131-160, dez. 2001.